



HISTÓRIA, HISTORIADORES: ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E DA PÓS-EMANCIPAÇÃO

HISTORY, HISTORIANS: TEACHING AND RESEARCH IN SLAVERY HISTORY AND POST-EMANCIPATION

HISTOIRE, HISTORIENS: ENSEIGNEMENT ET RECHERCHE EN HISTOIRE ESCLAVAGE ET POST-EMANCIPATION

HISTORIA, HISTORIADORES: ENSEÑANZA Y LA INVESTIGACIÓN EN LA HISTORIA LA ESCLAVITUD Y POST-EMANCIPACIÓN

Flávio Gomes¹

Nas últimas duas décadas aconteceram transformações na sociedade brasileira no tocante as políticas públicas, destacadamente a conhecida lei 10.639 (2003), ações afirmativas nas universidades públicas e a legislação constitucional de reconhecimento dos territórios quilombolas. Assim como a Abolicionismo e a Abolição do final do século XIX não foi somente uma *coisa de branco*, isolado em debates parlamentares e querelas jurídicas de gabinete. Houve um rico processo de conexões, influências e fundamentalmente *agency* de atores, protagonistas, organizações, movimentos sociais, intelectuais etc. O debate acadêmico – e sua produção – não ficou de fora. Ele foi sujeito e objeto destas transformações. A despeito dos poucos estudos que temos em *história intelectual* é possível acompanhar este processo de mudanças a partir da produção historiográfica, publicações e formação de alunos na pós-graduação.

A partir dos anos 80 e as transformações políticas com a redemocratização na sociedade brasileira emergia também nas universidades uma viragem na reflexão sobre a sociedade escravista no Brasil e seu processo de abolição com a participação de importantes acadêmicos. Suas obras – de meados dos anos 80 até o presente – se transformaram em referências clássicas abrindo fronteiras para além da universidade e da pós-graduação. No momento em que se recupera a memória destas transformações e o impacto no pensamento social a respeito das desigualdades sócio-raciais e as políticas públicas resolvemos entrevistar cinco importantes historiadores brasileiros que foram fundamentais nesta mudança de paradigma historiográfico com suas pesquisas,

¹ Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor dos programas de pós-graduação em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ), História Comparada (UFRJ) e História (UFBA). Atua no Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) do Instituto de História da UFRJ.



publicações e docência nas pós-graduações. Hebe Mattos, João Reis, Maria Helena Machado, Sidney Chalhoub e Silvia Lara (em ordem alfabética) foram generosos e se dispuseram (por e-mail entre o início de 2015 e o início de 2016) a responder as minhas perguntas. A ideia fundamental foi propor uma recuperação das trajetórias acadêmicas em termos de influências, contextos e desdobramentos dos estudos nos últimos 30 anos.

Não por coincidência, este grupo de historiadores, atuando na Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo e Universidade Fluminense formou (orientadores de mestrado e doutorado) uma das mais importantes gerações de historiadores e historiadoras negros/negras, hoje todos com obras também fundamentais e reconhecidos por suas pesquisas. Atuando na ABPN e em várias universidades com destaque como UFRJ, Federal Rural, UNEB, UFBA, Federal do Recôncavo e Unicamp (e outros em centros de pesquisa internacionais) esta geração foi formada por este conjunto de cinco historiadores que aqui entrevistamos. Falamos (em ordem alfabética) de Álvaro Pereira do Nascimento, Amilcar Araujo Pereira, Ana Flavia Magalhães Pinto, Antonio Liberac Cardoso Simões Pires, Carlos Eduardo Moreira de Araujo, Carlos Francisco da Silva Junior, Clicea Maria Augusto de Miranda, Giovana Xavier, Iacy Mata, Julio Claudio da Silva, Luciana da Cruz Brito, Lucilene Reginaldo, Maria Emilia Vasconcelos dos Santos, Paulo Oliveira de Jesus, Robério Santos Souza, Walter Fraga Filho e Wlamyra Albuquerque. Parte substantiva desta geração fez seus estudos na Universidade Estadual de Campinas. O interessante é que praticamente na mesma época estava sendo formada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo outra importantíssima geração de intelectuais negros/negras (mestres e doutores em História e Ciências Sociais) com destaque para (em ordem alfabética): Acácio Sidinei Almeida Santos, Amailton Magno Azevedo, Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Carmélia Aparecida Silva Miranda, Dagoberto Jose Fonseca, Daniel Francisco dos Santos, Edson Dias Ferreira, Jose Bento Rosa da Silva, Lucilene Reginaldo, Marise de Santana, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Raphael Rodrigues Vieira Filho, Salomão Jovino da Silva, Vanicleia Santos, Vilson Caetano de Sousa Junior, Wilson Roberto de Mattos entre outros. Atualmente, estes também tem vasta produção acadêmica no campo da história afrobrasileira com livros e prêmios, sendo docentes de inúmeras universidades públicas importantes como Uneb, Unicamp, Unesp, Udesc, Unicamp, UFPE, UFMA, UFMG entre outras.



Ainda precisamos saber mais sobre estes processos de formações acadêmicas, impasses, expectativas, fluxo e refluxo onde acadêmicos – alunos e professores – fizeram descobertas, propuseram pautas, realinharam paradigmas e redefiniram o pensamento historiográfico. Aqui começamos com estas entrevistas com estes cinco professores. Numa etapa em construção estaremos também entrevistando a geração de historiadores/historiadoras negros/negras formada. Encontraremos menos influenciados e formados, mas também formadores e influenciadores de uma nova historiografia sobre escravidão e pós-emancipação, história da África e o papel dos intelectuais.

João Reis

Professor da Universidade Federal da Bahia

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e pesquisador 1 do CNPq. Fez graduação em História na Universidade Católica do Salvador (1974) e parte do curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1971-75). No final da década de 70 iria para o exterior fazer pós-graduação, obtendo o título de Mestre em História (1977) e Doutor em História (1982) pela Universidade de Minnesota, EUA. Suas publicações sobre a escravidão africana no Brasil são referências desde meados dos anos 80. Foi professor visitante em várias universidades estrangeiras como Michigan (Ann Arbor), Princeton, Brandeis, Texas (Austin), Harvard e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Recebeu prêmios e distinções no Brasil e no exterior como a Comenda do Mérito Científico do Ministério da Ciência e Tecnologia, nas classes de Comendador (2004) e da Grã Cruz (2010), e é Membro Honorário Estrangeiro Vitalício da American Historical Association. Recebeu os prêmios Jabuti (1992), Haring (da American Historical Association, em 1997) e Casa de las Américas (Cuba, em 2012), entre outros. Vários dos seus livros foram traduzidos e publicados no exterior. Entre as suas obras de referência destacamos: *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1823 - c. 1853)* (2010), *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* (2008), *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835* (2003, edição revista e ampliada), *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil* (1996), *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* (1991), *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista* (1989), *Escravidão e invenção da liberdade* (1988) e *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)* (1986, primeira edição)

Você produziu uma das obras pioneiras na historiografia brasileira repensando a dimensão africana reelaborada no Brasil escravista, no caso o impacto dos africanos ocidentais na cultura e mercado de trabalho urbano, em Salvador, mas, sobretudo nos levantes escravos. Como era pensar isso no final da década de 70 e nos anos 80 diante das idéias de África que circulavam nos mundos acadêmicos (brasileiro e estrangeiro), com ditadura militar, debate pós-direitos civis nos EUA, politização universitária etc.?

Eu de fato me interessei -- ainda estudante -- pelo tema das revoltas (não só escravas) na Bahia do século XIX por uma espécie de rebeldia simbólica face ao regime militar, contra o qual também militara mais diretamente. Estudar aqueles movimentos



significava propor uma alternativa a uma história do Brasil caracterizada pela narrativa da conciliação e da harmonia racial, que eram apanágios do regime. Falar de racismo na época da ditadura pegava mal, por exemplo. Ambos os temas se encontram no primeiro artigo que publiquei na *Revista de História* da USP. Foi por aí que cheguei à Revolta dos Malês em 1835 e esta me levou, inevitavelmente, ao estudo da África. Mas na Bahia é longa a tradição de ter a África, sobretudo o golfo do Benim (a chamada Costa da Mina) e seu interior, como um ponto de referência para entender a história social e cultural da escravidão baiana. Isso está em autores como Nina Rodrigues e Manoel Querino desde a virada do século XX. Depois vieram muitos outros, na maioria antropólogos. Então, quando comecei a pensar a história dos africanos na Bahia já existia uma longa lista de estudos em que me apoiar. Naturalmente estudei com olho crítico essas obras, mas elas abriram caminho para tentar ir mais longe. Atualizei-me na leitura sobre a África dos Malês -- que era a minha preocupação -- aí incluídas tanto a bibliografia como as fontes primárias, a exemplo de cronistas e viajantes. Quando fiz pós-graduação nos EUA, o tema da cultura africana era forte lá, mas a reflexão sobre a influência africana partia de informações ainda muito vagas. E não havia consenso sobre a importância ou o peso da contribuição africana para a formação da cultura e da experiência dos escravos nas Américas. Nesse mesmo período foi duramente criticada a busca da África neste lado do Atlântico, e em seguida ganhou terreno a proposta de que houve muito mais criação afro-americana do que sobrevivências africanas. Eu acho essa proposta bem interessante, mas o ritmo e a dinâmica das mudanças variaram de lugar para lugar: elementos africanos, por exemplo, marcaram as regiões que mais receberam escravos africanos e por mais longo período.

Como um dos historiadores mais conhecidos e de maior prestígio internacional e com vivência acadêmica longa em universidades americanas, como avalia os contextos e transformações da historiografia da escravidão no Brasil e nos EUA? Quais as principais diferenças?

A partir de meados da década de 1970, ganhando força na década seguinte, a historiografia brasileira da escravidão intensificou um diálogo com a internacional, particularmente a produção sobre os EUA e o Caribe. Mas nossa historiografia tinha uma trajetória muito mais robusta e influente de estudos sobre esse tema do que a dos EUA. Eu diria que partimos de bases mais sólidas do que os historiadores do Norte. Ali o *boom* da historiografia da escravidão se deveu mais diretamente a um empuxo do movimento social de maneira: foi a revolta negra dos anos sessenta a influenciar a academia dos anos setenta. E por sua vez, lá o impacto da nova historiografia da escravidão foi enorme. Quando cheguei nos EUA pra estudar, em meados dos anos 70, quatro ou cinco livros dominavam a cena historiográfica, todos sobre a escravidão, publicados quase simultaneamente. No Brasil, também tivemos o impacto dos movimentos negros dos anos 70 sobre a academia, inclusive sobre os historiadores em formação na época, aliás, um tema que aguarda pesquisa sistemática. Mas já tínhamos -- como eu disse -- uma historiografia da escravidão, ou obras que embora não fossem escritas por historiadores, tinham o escravismo como ponto relevante para refletir sobre a história do Brasil. O que se tinha pouco era o uso da documentação primária. Isso veio mais tarde, nos anos 80. O *boom* da pós-graduação nas Humanidades, que deu seus primeiros passos ainda sob o regime militar, mudou tudo. Para escrever teses e dissertações, os aprendizes de historiador intensificaram de maneira inédita o



levantamento documental. Essa nova fase da historiografia brasileira surge atendida à renovação da historiografia fora do país. No caso dos estudos sobre a escravidão era inevitável nos voltarmos para um diálogo com a produção estadunidense, onde temas como a família e a cultura escravas (com destaque para religião) ganhavam tratamento renovado e em muitos casos sofisticado. Isso não quer dizer que toda pesquisa sobre escravidão estivesse colada a um diálogo ou sujeita a uma influência dos americanos, a história social inglesa, por exemplo, provavelmente influenciou mais, sem que tratasse de escravidão. Aliás, ela também influenciou historiadores do Norte que revolucionaram o estudo da escravidão na década de 70, como Eugene Genovese e Herbert Gutman. Mas desde essa época, o campo se foi ampliando, tanto lá como cá, é hoje bem mais variado, polivalente, com diferentes influências teóricas, metodologias, técnicas de pesquisa, fontes, subtemas etc.

Nos anos 80 ao mesmo tempo em que você produzia uma obra importante e de impacto historiográfico, convivía com uma geração de intelectuais negros, inclusive no âmbito da universidade (como Jonatas Conceição, Antonio Godi e Luíza Bairros), que publicaram numa coletânea clássica que você organizou ("Escravidão e Invenção da Liberdade", de 1988). Foi também época -- início da década 80 -- em que os blocos afro (Ilê, Olodum e mesmo Muzenza e Araketu) se destacam na mídia nacional (fora de Salvador) e na indústria fonográfica. Como eram estes contatos, conexões, diálogos, aproximações e personagens?

Foi um tempo intenso, de muitos desafios, época de constituição (ou reconstituição) tanto dos estudos negros como dos movimentos negros. Circulei entre ambos. E houve momentos memoráveis. Por exemplo, poucos anos antes de organizar essa coletânea que você menciona, participei das homenagens a Bob Marley, morto em 1982, junto com pessoas e entidades do movimento negro. Muitas das reuniões aconteceram em minha casa. Joguei muita energia no assunto. Cheguei nessa época a traduzir e publicar um livrinho mimeografado com traduções das letras de Bob Marley, a bolar e fazer um programa sobre Reggae numa rádio local, programa pilotado por Marcelo Nova, roqueiro do *Camisa de Vênus*: –Mas e aí Marcelo, você, roqueiro, curte Bob Marley, e ele respondeu: – Ele, sim, eu curto. Outros colaboradores organizaram festas públicas, shows de música, dança, teatro etc., tudo envolvido com protesto. Também em diversos momentos me envolvi com blocos afros, fui júri de festivais de música do Olodum e do Ilê, do concurso da Deusa do Ébano, também do Ilê, ajudei a escrever material para temas como a Revolta dos Malês celebrados por blocos, dei palestras a convite deles... Além de um convívio político, desenvolvi amizades pessoais duradouras. Como hoje, na época havia, no entanto, uma tensão entre a academia e a militância, mas isso faz parte da dinâmica política. Na maior parte do tempo, pelo menos na minha experiência, predominaram e ainda predominam a colaboração e a troca. Eu posso dizer, tranquilamente, que o engajamento alimentou minha prática acadêmica, sem no entanto controlar seus resultados. Mas os tempos hoje são outros, por exemplo, em termos do terreno político conquistado pelos movimentos negros, inclusive os ligados ao Carnaval. Naquela época se engatinhava nessa direção. Hoje alguns militantes viraram acadêmicos, e os movimentos ampliaram seus espaços político e institucional de atuação, já não precisam de instalações universitárias que antes abrigavam suas discussões, como acontecia, por exemplo, no Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, nas décadas de 80 e 90.



Houve uma significativa transformação na historiografia da escravidão nos últimos 30 anos, incluindo a dimensão africana, sobretudo. Como você avalia estas transformações. Quais os principais impactos e desafios?

As duas principais mudanças foram o maior foco sobre a experiência escrava, tanto individual como coletiva, e um mergulho mais fundo e ampliado na documentação primária manuscrita. Sobre a questão africana, ela vem sendo trazida cada vez mais pra perto da discussão da história atlântica ou do *atlântico negro*. A renovação dos estudos sobre o tráfico, tanto quantitativos como qualitativos, é um dos aspectos mais interessantes. Não apenas os grandes números, a contagem dos cativos, de onde vieram e pra onde foram, mas também experiências individuais, de africanos que circularam de lá pra cá, daqui pra lá, como escravo, marinheiro, cozinheiro, pequeno comerciante, intérprete e até capitão de navio. Os exercícios de micro-história têm sido fundamentais para nos aproximar mais da África. Essa uma nova fronteira que se amplia cada vez mais.

Como voce avalia a Lei 10.639 (de 2003), seus 10 anos de promulgação, obstáculos e desafios?

O principal desafio é levar pra sala de aula, didaticamente, os achados e os debates, muitas vezes complexos, da historiografia do negro e da África nos últimos vinte anos ou mais, com todos os seus contornos e nuances. É muito fácil adotar esquemas dualistas, como o escravo herói e o escravo vítima, o rebelde e o acomodado. Há um risco de se empobrecer a riqueza da nova historiografia da escravidão ao se tentar traduzi-la para o aluno do ensino médio e fundamental. Mas os obstáculos maiores são mais de natureza política, e se resume em responder aos que combatem as políticas de inclusão racial, sejam elas simbólicas, como no caso dessa lei, sejam elas de reparação moral e material, como no caso das cotas. Numa época de expansão do pensamento conservador e do próprio racismo -- conforme se vê nas mídias sociais --, os desafios são cada vez maiores.

Têm surgido várias áreas e temas de estudos (família, alforrias, quilombos, tráfico etc.) na historiografia da escravidão o Brasil. Na sua opinião qual tema ainda foi pouco explorado, mas que é de suma importância?

Todos os temas são relevantes porque tudo que é humano importa à História, mas há dois temas que já foram estudados no passado e talvez devam ser revisitados sob novos olhos e ângulos: a demografia e o trabalho. No caso da demografia, seriam bem-vindas pesquisas que utilizassem mais sistematicamente, por exemplo, os assentos de batismo, casamento e óbito. Isso já começa a ser feito, mas é preciso intensificar no sentido de uma história demográfica de médio e longo prazo, a partir da formação de grandes bases de dados que ensejem estudos multigeracionais, e juntar tudo isso com tráfico. Na Bahia, por exemplo, a segunda região a receber mais africanos do tráfico nas Américas (só superada pelo Rio de Janeiro) essas fontes têm sido consultadas mais em busca de indivíduos do que para produzir história demográfica. No caso do trabalho escravo, penso em pesquisas que adentrem o eito e a cidade para detalhar jornadas de trabalho, divisão social, etária e sexual do trabalho, a própria cultura do trabalho, a reprodução biológica material da força de trabalho etc. É a íntima relação entre os dois temas: trabalho e demografia.



Quais os seus projetos atuais de pesquisa? Está escrevendo algum livro novo? Quais as novidades?

Tenho alguns projetos em andamento, tocados segundo os desejos e demandas. Escrevo a biografia de um liberto haussá, cujo embrião foi publicado no último número da *Revista de História* da USP. Retomei recentemente o estudo do trabalho urbano na Bahia, que tem como capítulo central a greve de 1857, cujos primeiros resultados já foram publicados há muitos anos. Há um projeto sobre fugas cuja pesquisa já está toda feita. Esses são os principais. Sempre há um livro à vista, o problema é colocar o ponto final.

Sidney Chalhoub

Professor titular da Universidade Estadual de Campinas e atualmente é professor da Harvard University

Iniciou a sua graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro e terminou em Lawrence University, EUA (1979). De volta ao Brasil fez mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1984). Na Universidade Estadual de Campinas faria o Doutorado (1989) e a Livre-docência (1995). Foi pesquisador visitante em Maryland University, Michigan University, Stanford University e Humboldt Universität (Berlim). Também foi professor visitante em Michigan University e Chigago University. Foi ganhador de vários prêmios, destacando-se o prêmio da Academia Brasileira de Letras (2013) e o prêmio Jabuti (1997). Entre os seus livros destacamos: *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* (2012), *Machado de Assis, historiador* (2003), *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial* (1996), *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990) e *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Epoque* (1986)

No início dos anos 90 voce produziu uma obra (“Visões da Liberdade”) que representou um impacto na historiografia sobre o Brasil Escravista. Escravos percebiam e faziam usos políticos da legislação e seus debates. Voce chega a mencionar que a Lei de 1871 – apelida de Ventre Livre – foi algo arrancado (uma conquista) dos senhores pelos escravos. Como era pensar isso num período de pós-redemocratização, onde os escravos apareciam como vítimas passivas da crueldade da escravidão, sem falar que ainda se advogava a idéia da falta de fontes para estudar a escravidão, devido à suposta queima de todos os documentos por Rui Barbosa?.

Ao refletir sobre isso agora, com a vantagem da distância, da visão retrospectiva, acho que *Visões da liberdade* resultou de dois aspectos, diferentes, porém confluentes. Por um lado, havia a conjuntura política da década de 1980 no Brasil, com a luta pelo fim da ditadura e a emergência de novos movimentos sociais, depois a constituinte, eleições diretas para presidente etc. Havia uma conexão grande entre o fazer historiográfico e o momento político. Mais especificamente, o diálogo com o movimento negro, no meu caso mais esporádico do que regular, mas sempre impactante, ajudava a refletir sobre o que interessava aprender sobre a história da escravidão e do racismo no país. Os eventos e seminários por ocasião do centenário da Abolição -- em 1988 -- foram riquíssimos nesse sentido, de propiciar o encontro e a conversa entre sujeitos políticos muito



diferentes, porém voltados para questões semelhantes. Por outro lado, havia a conjuntura acadêmica específica, de reconstrução da pesquisa histórica num clima de liberdade pós-ditadura, com a volta dos professores que haviam estado no exílio, a vinda de pesquisadores estrangeiros – enfim, havia um clima de grande efervescência na academia. As duas coisas caminhavam juntas. Achávamos que construir a democracia era também produzir conhecimento histórico sob outra perspectiva, valorizando a experiência dos dominados, oprimidos, subalternos, ou o nome que fosse.

Na década de 90 e nas seguintes o departamento de história da Unicamp e a sua pós-graduação lideraram – juntamente com outros acadêmicos de outras instituições – uma verdadeira viragem na historiografia da escravidão. Chegou a ser criada uma Linha de Pesquisa “História Social da Escravidão e do Racismo”. Como você avalia aquelas conjunturas de debates, docentes, alunos, formação, linhas de pesquisas e novas temáticas?

Quando cheguei à UNICAMP, em 1984, como doutorando, passando a dar aulas também no ano seguinte, lá já estavam Robert Slenes, meu orientador desde o mestrado, na UFF, e Peter Eisenberg. Em seguida chegaram Silvia Lara, Célia Azevedo e Leila Algranti. Era neófito no tema da escravidão e dei muita sorte de chegar logo num grupo desses. A idéia mais geral, me parece, era escarafunchar arquivos e fontes diversas para buscar a experiência dos escravos, a visão dos escravos sobre a escravidão e a liberdade. Por isso havia muita pesquisa em fontes cartoriais, como processos cíveis e criminais, inventários, testamentos etc. Estava claro o sentido mistificador da idéia de que não havia fontes para contar a história da escravidão no país, simbolizada na anedota, sempre repetida e mal entendida, de que Rui Barbosa mandara queimar as fontes sobre a história da escravidão (Rui mandara queimar apenas uma série específica de documentos, com o propósito de dificultar a demanda por indenização por parte dos proprietários dos escravos libertados em maio de 1888).

Seria possível falar das influências teóricas principais, afinidades, projetos acadêmicos e perspectivas de hegemonia intelectual no campo da historiografia da escravidão?

Não acho que seja possível falar de modo generalizado. Parece-me que a maior parte do grupo de historiadores, na UNICAMP em especial, mas não só nela, interessado em contar a história da escravidão e do racismo de outra maneira, foi muito influenciada pela historiografia marxista inglesa. A obra de E. P. Thompson, em especial, era analisada em incontáveis aulas e seminários na UNICAMP na segunda metade dos anos 1980. O principal era focalizar os modos de atuação dos trabalhadores, escravos ou não, diante de condições rigorosas e violentas de exploração. Queríamos entender o que as pessoas faziam com o que faziam delas. Em vez de burilar a teoria, então em voga, do modo de produção escravista, queríamos entender os maus modos de produção dos escravos... Era o que dizíamos jocosamente.

Houve uma significativa transformação na historiografia da escravidão os últimos 30 anos, incluindo a dimensão africana sobretudo. Como você avalia estas transformações? Quais os principais impactos ?

De fato, no final dos anos 1980, ainda não havia uma compreensão maior da importância de estudar a dimensão africana da escravidão no Brasil. O iniciador disso



na moderna historiografia sobre a escravidão brasileira foi sem dúvida Robert Slenes, meu orientador de mestrado e doutorado e colega na Unicamp. Ele dizia, ironicamente, que os escravos que apareciam em *Visões da liberdade* poderiam ter nascido na Noruega... (a família dele é de origem norueguesa). Desde então, mudou muita coisa. Sabemos, por exemplo, que com frequência 80% dos escravos em fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense eram originários da África Central, o que torna impossível compreendê-los em profundidade sem estudar algo do legado que traziam de seu continente de origem e da experiência do tráfico negreiro.

Você já chegou a mencionar em palestras e seminários (além da argumentação que faz em seu livro “Cidade Febril” sobre as políticas higienistas) que há no Brasil atual quase uma “ideologia da desracialização”, qual seja, não se pode falar em raça (supostamente inexistente), mas se exclui fundamentalmente em termos raciais sócio-econômicos? Como é possível fazer conexões históricas neste pensamento social brasileiro, das elites, passado e presente?

No caso das políticas de saúde pública do século XIX, o que mostrei é que havia pressupostos racistas pouco explícitos em sua formulação. A lógica de tais políticas era combater doenças que se sabia mais fatais para a população branca –no caso, a febre amarela-, enfatizando-se menos as doenças que vitimavam a população negra. A esperança das autoridades era que as condições ambientais, assim “administradas”, pudessem propiciar, a longo prazo, e com a ajuda da imigração européia, o embranquecimento da população brasileira, com a eliminação gradual da herança africana (devido à pobreza, às doenças, à mortalidade elevada). A diferença entre um racista norte-americano e um racista brasileiro, para mim, está clara: o primeiro diz, “vou matar um negro”; o segundo pensa e age para deixar o negro morrer. Hoje em dia, se não é isso, significa apenas que piorou, como fica claro no processo em curso de genocídio da juventude negra e na incapacidade de sucessivos governos de lidar com a situação, ou sequer dar prioridade a ela.

Como voce avalia as políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras? Quais são os principais desafios?

O Estado brasileiro tem um dever de reparação em relação à população negra do país. Se não bastasse o próprio fato da escravidão e do racismo em séculos de história, há a evidência incontestável de que, ao longo do século XIX, a maioria das pessoas escravizadas no país o foram ilegalmente, à revelia das leis do país. É a história do investimento do Estado e de amplos setores da sociedade no não-cumprimento da lei de proibição do tráfico negreiro de 7 de novembro de 1831, tema de meu último livro. A riqueza dos cafeicultores fluminenses e paulistas foi construída por meio do contrabando e da escravização ilegal de centenas de milhares de africanos seqüestrados em seu continente de origem e trazidos para cá. Um crime de Estado dessa dimensão não prescreve e precisa ser reparado. As ações afirmativas para o ingresso em universidades públicas são uma pequena parte, quase simbólica, desse dever de reparação. Mas são muito importantes. É preciso trazer a diversidade racial e social da sociedade para dentro das universidades públicas. Isso é essencial para ampliar as perspectivas do conhecimento que elas produzem e para radicá-las na sociedade à qual pertencem.



Quais os seus projetos atuais (incluindo os seus alunos e orientandos) de pesquisa? Está escrevendo algum livro novo? Quais as novidades?

O futuro, no momento, é um pouco incerto. Mas estou de novo voltado para Machado de Assis. Acho uma tragédia bufa, quase um retrato do racismo à brasileira, o fato de que Machado de Assis, reconhecidamente o maior escritor brasileiro de todos os tempos, tenha sido um negro no qual os negros brasileiros não podem se reconhecer e dele se orgulhar. Tenho pensado muito nisso. Por que é assim? O que isto significa? O que diz sobre o racismo em nosso país?

Silvia Hunold Lara

Professora titular da Universidade Estadual de Campinas

Fez graduação em História pela Universidade de São Paulo (1977), onde terminaria o seu doutorado (1986). Na Unicamp fez a Livre Docência (2004). É pesquisadora 1 do CNPq e se destacou na coordenação de vários projetos de compilações e edições de fontes sobre a legislação como a edição comentada de Ordenações Filipinas, livro V (1999) e um repertório da Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa, publicado em José Andrés-Gallego (coord), *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica* (2000, CD-Rom). Foi pesquisadora e professora visitante em várias universidades como Michigan, Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, entre outras. Entre as suas importantes obras destacam-se: *Memória do Jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein* (2008), *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa* (2007) e *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (1988)

Em meados dos anos 80 voce produziu uma obra ("Campos da Violência") que representou um impacto na historiografia sobre o Brasil Escravista. Sugeria que tão somente falar de crueldade e violência na sociedade escravista não ajudava -- em termos teóricos e metodológicos também -- a entender a própria sociedade. O que significava escravidão e violência nos termos daquela sociedade e dos próprios cativos? Como era pensar isso quando a historiografia mostrava os escravos como vítimas passivas da crueldade da escravidão.

No final dos anos 70, talvez por conta do contexto político no Brasil, eu estava interessada em estudar as relações de dominação. Queria entender os mecanismos do trabalho compulsório, como ele se justificava e podia ser considerado legítimo. Conversei com Fernando Novais, que era meu professor na USP e depois se tornou meu orientador, e comecei a estudar a legislação escravista no período colonial. O passo seguinte foi tentar entender o que permitia que a violência do escravo fosse considerada crime e a do senhor, castigo. Para ir além das leis, procurei consultar fontes produzidas pelas câmaras e relatos de viajantes. Mas elas forneciam poucos elementos sobre as relações entre senhores e escravos. Ao buscar outras possibilidades, encontrei atas da câmara e registros da entrada e saída de presos da cadeia da cidade de Campos, no norte do Rio de Janeiro. Quando fiz minha primeira viagem a essa cidade, localizei muitos processos cíveis e criminais nos cartórios mais antigos. Depois descobri que outros pesquisadores já tinham usado essas fontes – mas não para estudar o cotidiano das relações entre senhores e escravos. Foi lendo esses processos que mudei minha visão



sobre a escravidão e sobre o que os historiadores haviam escrito sobre ela. O livro que foi publicado em 1986 é o resultado dessas pesquisas e reflexões.

Seu estudo foi um dos pioneiros a trabalhar de maneira mais sistemática com fontes do judiciário -- especialmente processos crimes -- para pensar a escravidão colonial. Foi também pioneira ao focar com mais cuidado a questão da legislação na sociedade escravista, suas mudanças e percepções para vários agentes. Como avalia o seu projeto naquela época?

Até então, quase todos os estudiosos enfatizavam a violência da dominação e da exploração escravistas: mostravam a curta vida útil dos escravos, os horrores do tráfico negreiro e dos castigos corporais. Tratava-se, segundo eles, de uma dominação tão extrema que aniquilava totalmente a condição humana dos cativos – eles eram vistos como coisas e viam a si mesmos como coisas. Isso não combinava com o que eu lia nos processos: ali havia escravos que saíam das fazendas para ir a uma festa na vila e ... voltavam! Havia situações diversas em que as características e os limites do castigo dos escravos eram discutidos e justificados ... até mesmo pelos cativos! Havia várias histórias em que era possível perceber os escravos agindo para fazer valer suas vontades. Então: falar simplesmente em “violência” não ajudava em nada caracterizar aquela sociedade. Hoje, uma única chicotada em um trabalhador é um absurdo; no século XVIII, 40 chicotadas dadas em dias alternados, até que se completassem 400, podia ser considerado um castigo moderado, justo e cristão. Foi isso que tentei entender e explicar: como os senhores de escravos lidavam com eles e como os homens e mulheres escravizados lidavam com seus senhores, justificavam suas ações e tinham êxito em fazer valer suas vontades ou não. Esses dois elementos – a crítica à interpretação tradicional da violência da escravidão e a inclusão do ponto de vista dos escravos na história da escravidão – estruturam o livro *Campos da Violência* e, creio, são responsáveis por sua importância historiográfica.

Na década de 90 a pós-graduação da Unicamp liderou um importante movimento -- campo intelectual -- na historiografia da escravidão. Chegou a ser criada uma Linha de Pesquisa "História Social da Escravidão e do Racismo". Como voce avalia aquelas conjunturas de debates, docentes, alunos, formação, linhas de pesquisas e novas temáticas?

Em meados dos anos 80, outros pesquisadores estavam trabalhando na mesma direção e o conjunto das obras publicadas nesse período marcou definitivamente a história da escravidão no Brasil. Vários deles estavam no departamento de História da Unicamp, onde ingressei em 1986, e a Linha de Pesquisa "História Social da Escravidão e do Racismo" servia de ponto de encontro para professores e alunos (que depois se tornaram professores em outras universidades): eram reuniões animadas, com debates acesos, que foi importante para o surgimento de muitas obras inovadoras sobre diferentes aspectos da experiência dos escravos, dos libertos e dos ex-escravos e seus descendentes no Brasil. O mesmo aconteceu em outras universidades, como na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal da Bahia. Temas que praticamente não existiam até os anos 70, como o da família escrava e das modalidades de alforria, por exemplo, tornaram-se campos férteis de investigação. Foi essa ampliação de temáticas que levou os historiadores brasileiros a se interessarem cada vez mais pela história africana – uma lacuna que só bem recentemente começa a ser preenchida!



Houve uma significativa transformação na historiografia da escravidão os últimos 30 anos, incluindo a dimensão africana sobretudo. Como voce avalia estas transformações? Quais os principais impactos ?

Talvez por conta da facilidade da pesquisa, esse movimento historiográfico foi constituído basicamente por pesquisas que lidaram com fontes do século XIX, em geral mais acessíveis que as de períodos anteriores. Em parte isso tem a ver com a dinâmica das pesquisas sobre os séculos XVI, XVII e XVIII, muitas vezes voltados para temas da história cultural e política da História Moderna – que, aliás, tem dado pouca atenção à história social do trabalho. Em parte tem a ver também com a idéia (hoje antiga) de que a história da escravidão não teve muitas mudanças e que os resultados de pesquisas sobre o século XIX poderiam ser generalizados para todo o período escravista. Ainda hoje são poucos os estudos sobre a experiência escrava durante o período colonial, mas o panorama vem se alterando cada vez mais. A atenção às conjunturas econômicas e sociais diversas, aos diferentes momentos das relações entre o Brasil e a África, aos modos como se articulavam a exploração de escravos de origem africana e indígena no Brasil colonial têm chamado cada vez mais a atenção dos historiadores.

Nos últimos anos seus estudos tem se concentrado na temática do quilombo de Palmares, suas dimensões africanas, coloniais e atlânticas. Poderia falar destes novos estudos e pesquisas? Porque a temática de Palmares demorou tanto a ser contemplada pela viragem historiográfica iniciada nos anos 90?

Minha atual pesquisa, sobre os mocambos de Palmares, compartilha dessas preocupações. Ela retoma um campo de estudos que se abriu nos anos 90, sobre a resistência escrava, em virtude da renovação dos estudos sobre os quilombos e as relações dos fugitivos com o mundo escravista. Mais uma vez, o mergulho nas fontes tem me levado a questionar a maior parte dos estudos sobre o tema, que sobreleva a figura de Zumbi e deixa no silêncio eventos importantes como o acordo de paz de 1678, por exemplo. As formas da atuação política dos africanos escravizados, as alternativas que forjaram para enfrentar a escravização atlântica, e o modo como os senhores e as autoridades coloniais no Brasil e em Portugal lidaram com a linhagem governante dos Palmares são aspectos que têm me interessado bastante.

Hebe Mattos

Professora titular da Universidade Federal Fluminense

Fez graduação (1980), mestrado (1985) e doutorado (1993) na Universidade Federal Fluminense. Foi professora visitante em Columbia University, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales e Michigan University. Tem se destacado como coordenadora do LABHOI, Laboratório de História e Imagem, com vários grupos de pesquisas, atualmente na área de patrimônio, memória, história pública entre outros temas. É pesquisadora 1 do CNPq e recebeu importantes prêmios e condecorações, entre os quais o Prêmio Arquivo Nacional (1993) e Manoel Bonfim (1998). Entre os seus vários livros destacam-se: *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania na pós-abolição* (2005), *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico* (2000), *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, séc. XIX* (1995) e *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo* (1987)



Na década de 80 houve uma viragem historiográfica importante com novos estudos, pesquisas e publicações sobre a história da escravidão. Seria possível contextualizar aquela atmosfera de debates, influências e questões emergentes, dentro e fora da universidade?

É difícil fazer isso em uma resposta curta. Abordei o tema numa palestra na ANPUH/2007 e o texto foi depois publicado². Ele está também online na biblioteca do blog Conversa de Historiadoras (conversadehistoriadoras.com), mas gostaria de destacar aqui três elementos que me parecem centrais para entendermos a grande riqueza historiográfica daquele momento: 1) o processo de redemocratização e a efervescência dos movimentos sociais que caracterizaram a década; 2) a aprovação da constituição de 1988; 3) os preparativos para a comemoração do centenário da Abolição legal da escravidão no Brasil. Tudo isso produziu um rico diálogo, nem sempre amistoso, mas extremamente fértil do ponto de vista político e historiográfico, entre as questões formuladas pelos historiadores e as demandas colocadas pelo movimento negro, bem sintetizado na disputa de datas comemorativas entre o 13 de maio e o 20 de novembro.

Seu estudo foi pioneiro em pensar cor, identidades sociais, escravidão e liberdade no Brasil escravista? Como os debates públicos influenciaram e/ou se ligaram ao seu estudo? Quais as influências teóricas e metodológicas na ocasião?

Os debates públicos influenciaram diretamente meus estudos. Foi exatamente o que eu tentei enfatizar na resposta anterior. Academicamente, comecei influenciada pela história social francesa. De certa forma eu queria escrever uma "história total", à moda da segunda geração dos Annales, mas enfatizando a agência social dos personagens, como propunha a microhistoria italiana. Daquela perspectiva, para entender as desigualdades sociais brasileiras, me parecia necessário pensar os processos históricos, mesmo os mais opressivos como a escravidão, como situações em que todos os envolvidos, de alguma forma, tomavam parte. Em busca dos ex-escravos como agentes sociais, antes e depois da abolição, me deparei com a sua quase invisibilidade nas fontes, a partir da tendência ao silenciamento da cor das pessoas livres ou libertas, quando em situação de respeitabilidade social. Partindo desta constatação empírica, comecei a historicizar e relativizar as próprias noções de liberdade e de identidade. Neste segundo momento, a leitura de Fredrik Barth foi extremamente importante. Mas, sem dúvida, os debates políticos em curso entre historiadores da abolição e movimento negro - que então começava a falar na "farsa da abolição" e que colocava a sua própria identidade racial como um desafio teórico ao qual eu precisava responder - , foram fundamentais para que eu pudesse formular essas novas questões.

Houve uma significativa transformação na historiografia da escravidão os últimos 30 anos, incluindo a dimensão africana sobretudo. Como você avalia estas transformações? Quais os principais impactos?

² MATTOS, Hebe. "O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na história social da escravidão no Brasil". In: Flavio M. Heinz; Marluza Marques Harres. (Org.). *A História e seus territórios: Conferências do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2008, v. , p. 49-61), www.dropbox.com/s/a5tj1hh6psc2fwd/anpuh%20conferencia%20versao%20final%5BO%20Olar%20do%20Historiador%5D.pdf?dl=0



Foram muitos os redimensionamentos, mas acho que o principal impacto será quando conseguirmos dar à história da África o mesmo peso que damos à história européia para entender o Brasil e a escravidão negra no Atlântico. Esse é um processo complexo, tanto política como intelectualmente. Estamos ainda a meio caminho. Há os que acham que reconhecer as desigualdades na África pré-colonial e o co-protagonismo africano na gestação da escravidão atlântica enfraquece as demandas políticas do movimento negro contemporâneo. Eu acho que é muito pelo contrário. É preciso uma descolonização mental para encarar a história européia e africana como equivalentes, com suas terríveis desigualdades e grandezas, ainda que com resultados extremamente desequilibrados para cada uma das partes em termos econômicos e culturais. É isso que nos permite conhecer quem foram os escravizados que aqui aportaram, que bagagens culturais trouxeram e entender que a identidade negra é uma construção da modernidade ocidental em diálogo com essa bagagem cultural. Um produto do racismo e das desigualdades perpetradas pelo Ocidente e da resistência e resiliência dos escravizados. A escravidão atlântica é tragédia e milagre, lidar com isso não é fácil, mas me parece absolutamente necessária como agenda política para o século XXI.

Nos últimos anos, seus estudos têm se concentrado sobre as políticas de memória da escravidão e pós-emancipação? Quais as pesquisas que realiza no momento?

Tento acabar um livro sobre memória da escravidão, racismo e construção da identidade negra no Brasil. Não é um livro grande e o texto está baseado em minha tese para professora titular defendida há dez anos atrás. Apesar disso, ele ainda está inacabado. O livro discute relatos na primeira pessoa de descendentes livres de africanos escravizados. Faz isso com uma perspectiva de longa duração, analisando três diferentes temporalidades, que me parecem fundadoras das formas como a identidade negra e o racismo foram estruturados e têm se modificado na história do Brasil. Trabalho com as petições e cartas atribuídas a Henrique Dias, no sec. XVII, com as cartas, diários e escritos autobiográficos da família Rebouças, no sec. XIX, e com os depoimentos orais ao LABHOI, de Manoel Seabra e Antônio Nascimento Fernandes, do quilombo São José. Apesar de ter dois grandes capítulos dedicados aos sec. XVII e XIX, a terceira parte do livro, sobre o quilombo São José, é uma história muito conectada ao tempo presente, com alguns aspectos quase de história imediata. A recente titulação do quilombo está me ajudando a finalmente conseguir colocar um ponto final no manuscrito. Enquadrar melhor teoricamente o problema das relações entre pesquisa histórica e demandas por justiça reparativa também está sendo importante para eu finalmente fechar a reflexão teórica do trabalho. O recente encontro com David Scott na Universidade de Columbia foi importante para isso e ele está concretizado em um novo projeto, apoiado pelo edital FAPERJ-Columbia Global Center, que busca formar uma rede de discussão sobre esses temas. Acho que até o final do semestre eu finalmente termino o livro. Depois disso, são as conexões entre tráfico ilegal, memória e justiça reparativa que irão, com certeza, mobilizar meus interesses de pesquisa, do ponto de vista teórico e da pesquisa histórica propriamente dita. Neste sentido, gostaria muito de escrever uma biografia do Luiz Gama, um personagem que estava na tese de titular e ficou de fora do livro.

Outro destaque das suas investigações foi o uso de fontes orais com a segunda geração recém-saída do 13 de maio? Poderia falar destas investigações no final dos anos 80 e depois da formação do seu laboratório e acervo na UFF.



Terminei por duas vezes trabalhos de pesquisa completamente ortodoxos, do ponto de vista historiográfico, analisando entrevistas com camponeses descendentes diretos de ex-escravizados libertos no 13 de maio. Foi uma espécie de destino, se a gente acredita nisso. Minha orientadora, Maria Yedda Linhares, grande mestra e uma das principais autoridades em história agrária no Brasil, decididamente não acreditava nas possibilidades da história oral. Mas quando eu acabei o doutorado, que resultou no livro *Das Cores do Silêncio*, eu estava decidida a começar um trabalho de história oral, baseado em entrevistas com camponeses negros descendentes de ex-escravos. Decidi oferecer um curso de graduação na UFF sobre a metodologia da história oral para me aproximar da questão. Ensinar é sempre a melhor forma de aprender. Ismênia de Lima Martins, fundadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, então recém aposentada e minha ex-professora, simplesmente se ofereceu a dar o curso junto comigo. Nunca aprendi tanto. Naquele mesmo semestre, tive meu projeto com Ana Lugão Rios e Robson Martins, todo baseado em história oral com camponeses negros, aprovado em um edital de financiamento de pesquisa sobre questão racial da Fundação Ford. O acervo Memórias do Cativo começa a nascer aí (www.labhoi.uff.br). Já escrevi muito sobre isso, muitos dos artigos que tratam do tema estão disponíveis na biblioteca do blog conversadehistoriadoras.com.

Como avalia a Lei 10.639 (desde 2003), sua promulgação, obstáculos e desafios?

Olha, eu tenho uma avaliação pessoal muito positiva. Sei que os ativistas seguem reclamando, mas o que aconteceu, especialmente na área de História da África nas universidades públicas foi uma revolução. De todo modo, meu projeto com David Scott, da Universidade de Columbia, busca fazer uma avaliação do alcance efetivo da lei até agora, sobretudo nas escolas, e analisar o quanto se modificaram as narrativas canônicas sobre a escravidão africana na história do Brasil, dos museus aos livros didáticos de uma maneira geral. Na equipe brasileira, Mônica Lima, Amilcar Araújo, Giovana Xavier, Keila Grinberg, entre outros, estão trabalhando concretamente com essa perspectiva. Acho que está na hora de aprofundar esses balanços. Iremos discutir os primeiros resultados em um workshop no MAR (Museu de Arte do Rio), na última semana de abril de 2015, quando o David estará no Rio.

Como tem avaliado a questão dos quilombolas, a questão fundiária e a memória?

Olha, a cláusula constitucional do direito à terra aos remanescentes de quilombo gerou um impressionante movimento social. Eu acho que isso é o mais importante. Representa um enorme ganho de cidadania, capacidade de reivindicação de direitos e ganho de auto-estima, na medida em que os antepassados escravizados passam a ser celebrados e valorizados. Em termos práticos, a questão hoje se desenrola em três níveis: 1) o auto-reconhecimento e a certificação pela Fundação Palmares já abrem caminho para uma série de políticas públicas para as populações quilombolas. São, em geral, grupos de camponeses negros interessados em reivindicar a titulação coletiva de seus territórios, ainda que esteja se ampliando o escopo daqueles que se auto-identificam como quilombolas, incluindo grupos urbanos e grupos com demandas por territórios simbólicos, para fins culturais e de memória, o que me parece muito interessante. No mundo rural, os conflitos entre titulação coletiva e posse individual me parecem o principal limite à expansão do movimento quilombola. 2) O segundo nível é o



reconhecimento no diário oficial, que possibilita a titulação. É um contexto bem mais complexo, pois dependem de relatório antropológico e processo administrativo no INCRA como procedimentos que avalizam a publicação no diário oficial. 3) Por fim, tem ainda uma inevitável fase de contestações no judiciário, para arbitrar controvérsias de limites e o pagamento de possíveis indenizações. Essa é a fase em que os processos parecem se arrastar ad-infinitum, mas é um conflito inevitável no quadro do estado de direito brasileiro. O que me parece importante é lutar para manter a regulamentação do artigo 68 a partir da auto-identificação. Aí se encontra a grande batalha política que garante os direitos adquiridos pelo movimento quilombola.

Como analisa o debate sobre "reparações" que tem surgido em alguns setores dos movimentos sociais e também em esferas intelectuais no exterior?

Tenho acompanhado de perto o debate. E eu o acho filosófica e intelectualmente estimulante. Estive em janeiro em um workshop sobre o tema em Paris, onde tive contato com o grupo de historiadores dedicados ao que chamam de "reparative history" na Inglaterra. Tenho tido há muito anos uma colaboração próxima com Myriam Cottias, historiadora francesa que é a presidente da "Comission National sur la Memoire de l'Esclavage" nomeada pelo governo francês. Como já assinalei antes, quando estive como professora visitante na Universidade de Columbia, comecei um projeto coletivo com David Scott, antropólogo jamaicano que vem discutindo de maneira muito interessante a construção de um novo discurso moral e legal sobre o direito à reparação para injustiças históricas sistêmicas. É dentro desse ponto de vista que nós propusemos fazer uma avaliação dos efeitos da lei 10639 e das possíveis alterações por ela produzidas nas narrativas públicas sobre a escravidão no Brasil. Acho que os historiadores não têm como fugir dessa discussão, memória e história são instâncias distintas, mas sempre intimamente conectadas. Fazer a discussão moral sobre reparação não significa negar as cumplicidades e subordinações que tornaram possível que uma tragédia humanitária da dimensão do tráfico atlântico de escravizados se perpetuasse por mais de 300 anos, inclusive sob a égide de constituições liberais baseadas na noção de direitos dos homens, como no caso do Império brasileiro. Trata-se fundamentalmente de modificar nossas perguntas, de forma a redefinir as narrativas públicas do tema no presente e gerar impactos sociais que possam abrir perspectivas mais igualitárias e justas de futuro.

Maria Helena P.T. Machado

Professora titular da Universidade de São Paulo

Fez graduação (1979), mestrado (1985) e doutorado (1991) na Universidade de São Paulo. Foi professora visitante em Michigan University e visiting fellow em Harvard University. Tem coordenado vários projetos internacionais de pesquisa. Entre as suas obras estavam-se: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição* (2015), *(T)Races of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today/ Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Raça e Ciência, Ontem e Hoje*.(2010), *O Brasil no Olhar de William James: Cartas, Diários e Desenhos, 1865-1866* (2010), *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição* (1994) e *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888* (1987)



Você produziu uma obra clássica sobre o abolicionismo no Brasil, mostrando a politização para além dos gabinetes e letrados! Antes você foi pioneira ao analisar os crimes dos escravos a partir do cotidiano, mundos do trabalho e percepções políticas. Era um período de redemocratização e de intenso debate também na universidade. Como você avalia aquele contexto, inclusive em termos de historiografia. Quais foram às principais influências? Conte nos um pouco tal trajetória.

Não há como focar o trabalho da minha geração de historiadores da escravidão sem encarar o enorme impacto causado pelas comemorações – melhor dizendo, pelo movimento de idéias, seminários, discussões e, sobretudo, publicações – que cercaram o Centenário da Abolição. Noto também que, embora o Centenário tenha tido uma importância muito grande na divulgação da centralidade da escravidão na sociedade brasileira, as idéias que foram ali discutidas já circulavam nos meios acadêmicos de maneira não muito perceptível na superfície, porém, de forma efetiva na prática. Eu, que era aluna de pós-graduação, pude, nos anos anteriores a 1988, fazer opções de pesquisa e leituras que foram definitivas para que eu me inserisse em um campo historiográfico da escravidão que, no Brasil, começava a ensaiar novos passos. Tenho que sublinhar o curso que realizei em 1984 com a Maria Odila Leite da Silva Dias, no qual tive acesso a leituras e discussões que revolucionaram minha perspectiva. Eu defendi meu mestrado em 1985, com o “Crime e Escravidão”, que era produto de uma pesquisa com processos criminais que envolviam escravos, realizadas em Taubaté e Campinas. Naquela época, apenas Suely Robles Reis de Queiroz havia apresentado um levantamento destes crimes, porém, com uma perspectiva diferente. Meu objetivo era analisar os crimes por dentro, revelar as dinâmicas que haviam ocasionado tais eventos, descobrir a racionalidade, motivos e formas de agir dos escravos no contexto das fazendas, os quais poderiam revelar as motivações, racionalidade e objetivos do escravo ou – melhor dizendo- dos grupos de escravos. Inicialmente, minhas leituras da escravidão eram muito marcadas pela literatura lida na graduação – Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, entre muitos outros – que levavam a discussão para a abordagem que, hoje, convenciamos chamar de sistêmica. Porém, neste quadro a leitura do Stanley Stein foi muito marcante, o “Crime e Escravidão” deve muito a pesquisa minuciosa que ele fez, na qual maneiras de viver, trabalhar e folgar dos escravos do Vale do Paraíba foram reconstruídos.

Já a literatura internacional veio possibilitar a que eu percebesse que era possível conceber uma nova estrutura interpretativa. Certamente E. P. Thompson foi uma influência de longo prazo. Porém, naquela época, o grande impacto foi o livro “Albion’s Fatal Tree. Crime and Society in Eighteenth Century England”, que mostrava como se poderia entender a lei, sua interpretação social, os costumes e as mudanças, como formas de reconstruir a história social. Mas, no meu caso, o que mais me marcou nesta época foi o E. Genovese e o H. Gutman. A abordagem que desenvolvi naquela época buscava a dinâmica da escravidão e de uma cultura escrava, vista por meio dos conceitos de acomodação/resistência e autonomia. Neste período, ainda não havia emergido, com clareza, que devíamos nos voltar para o estudo das autonomias e recriações culturais, com uma busca de conexão com a história da África. No entanto, a questão das identidades e da cultura eram muito presentes. Embora, o par, acomodação/resistência percebo, hoje, sejam conceitos um tanto fechados, eu já pensava em autonomia, e como poderia focar este tema.



Tenho que sublinhar ainda que vim de uma formação marxista, proveniente da minha família, quanto, na graduação, me interessei especialmente pelos cursos e leituras teóricos. Minha perspectiva era ir além daquelas discussões a respeito do sistema, mas, eu nunca me afastei de uma preocupação com o contexto maior, com as forças estruturais e conjunturais que fazem o contexto do escravo inteligível e parte da história. Uma outra influência forte para mim foi o Steve Stern “Resistance, Rebellion, and Consciousness in Andean Peasant World”. Eu já me interessava pela questão da consciência do grupo, das organizações dos pobres para resistir e como poderia ser gerada uma “consciência de classe na ausência da classe”, entendida em termos clássicos. Publiquei o “Crime e Escravidão” em 1987 e, em 1988, o artigo “Em torno da autonomia escrava”. Outra influência visceral foi a de Sidney Mintz. Sem ele eu não teria desenvolvido as questões que enfoquei estudando os temas do acesso a terra pelos escravos, roças, comunidades de quilombo.

Meu interesse pela organização dos grupos pré-políticos – como era então entendida a política fora dos quadros formais dos sindicatos e partidos – já havia sido despertada na pesquisa do “Crime e Escravidão” e tomou corpo no “Plano e o Pânico”, que buscava mostrar como os pobres – mas, neste grupo, especialmente os escravos – podiam impactar o mundo da política. Certamente que, nos finais dos anos de 1980 e inícios de 1990, já sabíamos que a abolição havia sido um movimento popular. Todos os estudos clássicos sobre a abolição falam nisso. Porém, a interpretação dominante era que a liderança dos parlamentares e dos intelectuais das camadas médias – jornalistas, advogados etc- é que haviam realmente feito o movimento. O povo havia feito figuração e os escravos (libertos, libertandos etc.) haviam sido totalmente passivos.

Certamente que estas novas perspectivas estavam vinculadas ao processo de redemocratização, de construção de uma nova perspectiva política. Mas, ao lado disso, esta abordagem ou formas de ver a história também estavam vinculadas ao declínio das grandes interpretações e utopias, que permitiu a emergência de novos sujeitos da história. O descentramento da narrativa nos deu chance de pensar em novas formas de narrar a história, no qual o indivíduo e o cotidiano podem se tornar nosso alvo de interesse. Não há mais uma verdade a ser atingida, uma narrativa correta ou canônica, uma explicação, mas sim aproximações, enredos e pontos de vista imersos em contextos complexos. Deleuze e Guatari, Bhabha e outros vieram a me possibilitar repensar o próprio estatuto da narrativa na história, me mostrando que não é mais possível se construir uma explicação síntese da história, que temos que nos tornar mais modestos e mais realistas, a História tem que ser substituída pelas histórias.

Ao longo dos anos, enveredei por muitos temas – alguns, aparentemente fora do tema da escravidão. No entanto, na realidade, tudo o que eu estudei esteve ligado ao grande problema da escravidão e da necessidade de sua superação. No correr do tempo, novas pesquisas e leituras me mostraram que o estudo das mentalidades das elites era muito importante pois permitia que se compreendesse melhor a moldura intelectual e ideológica no qual haviam se desenvolvido os debates sobre a escravidão e a abolição. Foi enveredando por estes caminhos que encontrei de maneira clara o debate sobre raça. Embora eu tenha feito um vasto estudo sobre como os cientistas e intelectuais produziram suas teorias, meu interesse sempre foi pela história social da ciência, quer dizer, minha preocupação se voltou para descobrir como essas ideais foram formadas no meio social e a ele retornaram e foram reinterpretadas ou colocadas em uso de maneiras



diversas. Foi explorando este campo, que enveredei para novas fontes – diários, escritos pessoais, desenhos e, finalmente, coleções fotográficas. Esta foi uma grande renovação da minha perspectiva e me possibilitou fazer trabalhos muito interessantes, inclusive a curadoria de exposições fotográficas.

Meus projetos hoje giram ainda na área da escravidão e em torno do estudo do corpo na escravidão, sobretudo do corpo da mulher escrava. Esta é uma área nova que combina aportes da história da medicina, do sanitarismo, da maternidade escrava, da história social da escravidão, das teorias raciais e da formação de uma representação corporal racializada. O campo é muito rico e, nesta perspectiva, muito pouco explorado. Minha ambição é tomar fontes já estudadas e relê-las a partir de novas perspectivas que possam ir além da voz do poder – do médico, do senhor, das questões do estado e da reprodução – para alcançar a perspectiva das mulheres escravizadas, libertas ou livres na manipulação e gestão do próprio corpo. Atualmente estou participando de dois projetos diferentes, um primeiro, um temático interdisciplinar ainda em análise pelas agências financiadoras; e outro, um projeto internacional sobre maternidade e escravidão nas sociedades escravistas do Atlântico, com Diana Paton e Emily West, ambas de universidades inglesas. O projeto está financiado pelo Arts and Humanities Research Council, agência do Reino Unido, terá produzido em seus finais, três seminários internacionais (Newcastle University, FFLCH/USP, Reading University) e dois dossiês sobre o tema, um primeiro no *Slavery & Abolition* e outro no *Journal of Women's History*. Este projeto ampliado, que envolverá dezenas de pesquisadores das diferentes áreas escravistas, esta ora em apreciação pelo AHRC e Fapesp. Se aprovado, ele deverá redundar em uma exposição fotográfica internacional (International Museum of Slavery em Liverpool e uma exposição nacional, em colaboração com o Instituto Moreira Salles), um livro coletivo, diversos artigos, um seminário internacional e a organização de um site que disponibilizará documentos do tema. A nova fase do projeto será liderada por mim, Lilia Schwarcz, Diana Paton e Emily West.

Finalmente, continuo explorando temas da abolição – com o estudo recente sobre o jornal “A Redenção”, as formações de quilombo, as revoltas de escravos e as práticas religiosas. Este é um campo que começo a pesquisar, mas, como está ainda embrionário, terei que voltar a ele em outra ocasião. A questão da pós-abolição, que se impôs com mais força nos últimos anos, também vem se mostrando como um tema fundamental. Na introdução do livro que organizei (em co-autoria Celso Castilho) escrevemos: “Consideramos assim que tornar-se livre foi parte integrante e constitutiva da experiência da escravização, embora o alcance social, político e propriamente histórico desta empreitada transcenda em muito a experiência da escravidão, projetando homens e mulheres submetidos à escravidão em universos de vivências marcados pelas ambivalências da liberdade precária que a sociedade brasileira poderia oferecer, neste momento, para africanos e afro descendentes”. E concluíamos afirmando que: “Tornando-se Livre é, assim, em primeiro lugar, fruto de um percurso historiográfico longo e complexo pelo qual passaram tanto os estudos da história social da escravidão, quanto os da história política e social da abolição. Ele é, igualmente, produto da integração a este universo teórico de uma história da pós-emancipação que, embora ainda careça de uma definição conceitual mais sólida – a qual certamente surgirá à medida que o conceito amadureça –, é entendida como um campo de estudos derivado da escravidão, sem a ela se limitar. Pós-abolição, neste sentido, é aqui compreendido como período que se inicia com a solução conservadora da abolição e só se esgotará no



momento em que a dívida social acumulada ao longo destes 125 anos for finalmente superada”. Portanto, a questão historiográfica se mantém atada ao problema social e político da superação da escravidão na sociedade brasileira, alçando a questão das cotas, do combate ao racismo em todas as suas formas e da necessidade de reparação como fundamental.

Finalmente, concluo esta rápida avaliação, dizendo que foi uma grande sorte poder participar desta geração de historiadores da escravidão e da emancipação. Este foi – e continua sendo – campo muito produtivo e importante na história da sociedade brasileira.

*Recebido em outubro de 2015
Aprovado em janeiro de 2016*